



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

JULIO CEZAR PIMENTEL

**O ESTADO E OS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS: a
corrupção e os problemas sociais brasileiros**

Brasília – DF

2019

FICHA CATALÓGRAFICA

PIMENTEL, Julio Cezar.

O ESTADO E OS PROBLEMAS COMTEMPORÂNEOS: a corrupção e os problemas sociais brasileiros /Julio Cezar Pimentel, Brasília: Universidade de Brasília, Orientador: Prof. Denilson Bandeira Coêlho. 2019. 30 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Brasília-DF, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Corrupção. 2. Educação. 3. Problemas Sociais.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

JULIO CEZAR PIMENTEL

O ESTADO E OS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS: a corrupção e os problemas sociais brasileiros

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor(a) Orientador(a): Doutor em
Ciência Política, Denilson Bandeira Coêlho.

Brasília – DF

2019

JULIO CEZAR PIMENTEL

**O ESTADO E OS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS: a corrupção e os problemas
sociais brasileiros**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Julio Cezar Pimentel

Doutor em Ciência Política, Denilson
Bandeira Coêlho
Professor-Orientador

Msc, Roque Magno de Oliveira
Professor-Examinador

Msc, Olinda Maria Gomes de Lesses
Professor-Examinador

Brasília, 12 de abril de 2019.

Dedico aos meus filhos Lucas e Rafael, a minhas filhas Gabriela e Brenda e a minha esposa Kelli. Que esse trabalho possa contribuir para a formação de um país no qual possam viver dignamente em paz.

A Dona Valdecy, “In Memoriam”, de quem herdei o gosto pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, Grande Fonte de Força e Luz Divinas, que me propiciou força e sabedoria necessárias para conseguir galgar mais esse degrau. Agradeço também a todos aqueles que são livres e de bons costumes e que todos os dias ombram fileiras no combate aos vícios que corrompem a humanidade.

"De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto..."

Rui Barbosa.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta, de maneira concisa, porém racional, considerações a respeito da estreita relação entre a corrupção e os principais problemas sociais brasileiros. Realizando um apanhado de quais seriam as principais causas motivadoras da corrupção no país, na visão de economistas, juristas, sociólogos e da população em geral. Analisa-se também as recentes alterações de comportamento que a sociedade brasileira vem apresentando em contínuas manifestações de insatisfação com a baixa qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado em contrapartida aos altos índices de corrupção comprovada. Utilizou-se, para a realização desse trabalho o método hipotético-indutivo de observação sistemática, aliada a pesquisa bibliográfica. Concluindo que a baixa qualidade educacional do povo brasileiro, aliada a um relativo desconhecimento de noções básicas de cidadania contribui sensivelmente para o agravamento da situação. Necessitando, portanto, reestruturar o sistema educacional vigente para que busque melhores resultados qualitativos e não somente quantitativos.

Palavras-chave: Corrupção. Educação. Problemas Sociais.

ABSTRACT

This Concluding Work presents, in a concise but rational way, considerations about the close relationship between corruption and the main Brazilian social problems. Taking a look at what would be the main causes of corruption in the country, in the eyes of economists, jurists, sociologists and the population in general. We also analyze the recent changes in behavior that Brazilian society has been presenting in continuous manifestations of dissatisfaction with the low quality of public services provided by the State in exchange for the high rates of proven corruption. The hypothetical-inductive method of systematic observation, allied to the bibliographic research, was used for the accomplishment of this work. Concluding that the low educational quality of the Brazilian people, together with a relative lack of knowledge of basic notions of citizenship, contributes significantly to the worsening of the situation. Need, therefore, to restructure the current educational system so that it seeks better qualitative and not only quantitative results.

Palavras-chave: Corruption. Education. Social Issues.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Contextualização	2
1.2	Formulação do problema	2
1.3	Objetivo Geral.....	2
1.4	Objetivos Específicos.....	3
1.5	Justificativa.....	3
2	REVISÃO TEÓRICA	5
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	9
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
4.1	Corrupção no Brasil.....	12
4.2	Breve histórico da corrupção no Brasil.....	13
4.3	Operação Lava Jato.....	17
4.4	Dados da corrupção no Brasil	18
4.5	Possíveis causas da corrupção no Brasil	19
4.6	Manifestações populares.....	21
4.7	Renovações políticas.....	25
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	27
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões continentais com altíssimo potencial de exploração agropecuária, mineral, industrial, energético, químico, etc. Dentro do território brasileiro estão as maiores reservas aquíferas do planeta, o país é rico em uma diversidade intangível de minerais e metais e com um potencial quase infinito de geração de energias diversas. Possui também uma localização geográfica privilegiada, com climas amenos e períodos sazonais definidos. Em toda a sua existência nunca foi assolado por grandes guerras ou catástrofes que provocassem algum tipo de calamidade com potencial para causar qualquer tipo de atraso ou declínio perante as demais comunidades internacionais, como os ocorridos com diversos outros povos que apesar de assolados pelos mais desastrosos e severos acontecimentos, hoje se encontram totalmente reerguidos e com sua população devidamente reconduzida de volta a vanguarda da elite econômica, social e cultural do planeta. Porque então, apesar de todas essas vantagens, o Brasil continua a ser considerado um país subdesenvolvido?

Empiricamente, há um senso comum na sociedade brasileira de que o Estado brasileiro é ineficiente em gerenciar os recursos disponíveis, proporcionando uma prestação de serviços deficientes com baixíssimos padrões de qualidade e que não atendem de forma satisfatória à necessidade de seus cidadãos. Objetivamente, essa ineficiência é percebida exatamente nos direitos sociais mais essenciais à população, como: saúde, educação e segurança. Essa ineficiência gerencial do Estado acaba por agravar ainda mais antigos problemas brasileiros, como: pobreza, desigualdade e exclusão social.

Diante desse contexto é necessário buscar a verdadeira fonte causadora das mazelas sociais brasileiras. Seria a corrupção essa fonte? Ou a corrupção seria somente mais um dos efeitos da verdadeira fonte causadora desses problemas?

Nesses últimos anos, a mídia tem divulgado diuturnamente o comportamento ímprobo de autoridades públicas e de políticos brasileiros. Com isso o cidadão tem aumentado bastante sua percepção a respeito da corrupção do sistema político brasileiro. Aprofundando ainda mais o descrédito da sociedade em suas instituições públicas e políticas.

O momento é delicado e expõe e testa de maneira irresponsável, a fragilidade dos sistemas político e institucional brasileiros, obrigando a um exame realista de consciência em que se deve considerar mais que antigas e ultrapassadas ideologias. Nesse momento, torna-se de fundamental importância manter uma visão de futuro realista e transformadora que proporcione uma análise ampla da realidade atual e possibilite a elaboração de políticas públicas realmente eficazes e que atendam aos anseios da sociedade.

1.1 Contextualização

Contextualmente, a melhoria da qualidade de vida da população passa por uma completa reestruturação do Estado e de sua administração político-institucional, através da criação de novos modelos de gestão administrativa que visem realmente resultados sociais e não apenas ganhos financeiros ou político-partidários.

1.2 Formulação do problema

Considerando seu aspecto científico: um problema geralmente é a dificuldade de se encontrar soluções práticas ou teóricas para assuntos cuja a complexidade exige melhores conhecimentos e amplo entendimento a seu respeito.

Conforme essa premissa, definir um problema é especificá-lo detalhadamente na tentativa de melhor compreendê-lo e a partir de sua melhor compreensão, apresentar possíveis soluções ou melhoramentos.

Desta maneira, o problema de pesquisa aqui trabalhado tratará sobre **o Estado brasileiro, seus problemas contemporâneos e a relação desses problemas com a corrupção.**

1.3 Objetivo Geral

O objetivo geral desse trabalho é investigar, sob o ângulo de visão de uma parcela da sociedade brasileira, o que se acredita serem as causas principais dos insanáveis problemas sociais do país, como: pobreza, desigualdade e exclusão social. Qual a percepção da população

a respeito dos crescentes índices de corrupção comprovada? e qual é o grau de credibilidade das principais instituições públicas e políticas junto a sociedade?

1.4 Objetivos Específicos

Os Objetivos Específicos desse trabalho buscam operacionalizar o objetivo geral estipulado. Sendo estabelecidos para a operacionalização do objetivo geral desse trabalho os seguintes objetivos específicos:

- Levantar junto a uma amostra da sociedade qual o seu grau de satisfação com os serviços públicos prestados pelo Estado;
- Obter dados relativos, sobre a percepção dessa amostra da sociedade a respeito da corrupção no país;
- Investigar qual o grau de credibilidade das principais instituições públicas e políticas junto a sociedade;
- Comparar os índices encontrados à índices internacionais;
- Pesquisar superficialmente quais as possíveis causas dos principais problemas sociais brasileiros, como: pobreza, desigualdade e exclusão social;
- Descrever, de acordo com os dados obtidos, a percepção da população sobre a relação entre a corrupção e os problemas sociais brasileiros;
- Apresentar estudos e sugestões sobre possibilidades e probabilidades futuras.

1.5 Justificativa

A sociedade brasileira vem apresentando continuas manifestações de insatisfação com a baixa qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado em contrapartida aos altos índices de corrupção comprovada, recém descobertos.

Há uma incontestável e expressiva cobrança da população por uma melhor retribuição do Estado em favor das altas cargas tributárias há que está submetida a sociedade.

Essa cobrança por melhores resultados na aplicação dos recursos públicos tem posto em “*xequê*”, por diversas vezes, as principais instituições públicas e políticas brasileiras. Colocando, irresponsavelmente em teste a, até então considerada “frágil”, democracia brasileira

que, ao contrário do que se imaginava, vem demonstrando ser muito mais resistente que se calculava.

Em um curto espaço de tempo dois presidentes da república foram retirados do cargo através de impeachment e vários políticos e grandes empresários foram presos, acusados de corrupção e/ou lavagem de dinheiro. Entre eles, dois ex-presidentes da república e um ex-presidente da câmara dos deputados e apesar de tanta turbulência política, é interessante observar que a República continua de pé e cada vez mais democrática.

Empiricamente, pode-se concluir que aos olhos da população torna-se cada vez mais evidente a precariedade dos instrumentos administrativos disponíveis para execução de tarefas consideradas cruciais.

Com certeza, pode-se afirmar que todos esses fatores juntos acabaram por causar uma insatisfação generalizada na sociedade, insatisfação essa que veio crescendo progressivamente desde as grandes manifestações de 2013 e que se tornou indisfarçável durante as últimas eleições presidenciais, onde um candidato sem apoio dos grandes partidos, ou da mídia tradicional, com pouquíssimos recursos financeiros e um plano de governo, até então, considerado polêmico, ganhou sem maiores dificuldades as disputadíssimas eleições presidenciais do país.

Tenta-se também, nesse trabalho, levantar dados e apresentar observações que possam levar a uma melhor compreensão dos complexos acontecimentos político-sociais que ocorreram e ainda ocorrem no país e que, de certa maneira, estão remodelando a gestão pública e até os conceitos sociais da população.

2 REVISÃO TEÓRICA

Diante do atual cenário, torna-se claro a imprescindível necessidade entender os mecanismos utilizados nos processos contra produtivos da corrupção e principalmente seus efeitos nos problemas sociais brasileiros. No intuito fornecer subsídios para potencializar resultados e providenciar a melhora do atual sistema de freios e contrapesos, balizando assim a implementação novas ferramentas que visem de alguma maneira melhorar a integração dos Controles institucionais e sociais, proporcionando a realização de atividades de atuação integradas, visando incrementar melhorias nas ações administrativas públicas.

Nesse momento é oportuno esclarecer que o presente trabalho não trata especificamente de apresentar soluções para o problema da corrupção brasileira, mas tão somente de analisar seus efeitos na administração pública e conseqüentemente nos problemas sociais brasileiros. E será subsidiado pela apresentação dos estudos de diversos autores, estudiosos e pesquisadores das mais diversificadas áreas e correntes ideológicas, ligadas direta ou indiretamente ao tema em questão. Sempre no intuito de fornecer lastro para o melhor entendimento do fenômeno pesquisado, sem, no entanto, ter a pretensão de formar algum tipo de juízo sobre os fatos.

No auge do totalitarismo, Charles-Louis de Secondat, também conhecido como o Barão de Montesquieu, em sua celebre obra “O Espírito das Leis”, escrita originalmente em 1748, já alertava que a corrupção total de qualquer modelo de governo se deve à corrupção de seus princípios basilares, ou seja, a democracia se corrompe ao ser abandonado o princípio da igualdade, visto que, todo e qualquer indivíduo deseja ser igual àqueles que escolhem para comandá-los. Portanto, diz Montesquieu: "A partir deste momento, o povo, não podendo suportar o próprio poder que delegou, quer fazer tudo sozinho, deliberar pelo senado, executar pelos magistrados e despojar todos os juizes” (MONTESQUIEU, 2000, p. 121).

Por esse motivo, Montesquieu previa a necessidade da criação e implantação de um sistema de freios e contrapesos, visando conter os mandos e desmandos do Poder.

(...) mas trata-se de uma experiência eterna que todo homem que possui o poder é levado a dele abusar; ele vai até onde encontra limites. Quem diria! Até a virtude precisa de limites. Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder limite o poder. (MONTESQUIEU, 2000, p. 167).

Em sua teoria da separação dos poderes, Montesquieu (2000), afirmava ser necessária divisão do poder em três poderes distintos e independentes entre si, para que um vigia-se o outro. E é nessa teoria que se baseiam a maioria dos Estados ocidentais modernos, incluindo República Federativa do Brasil que estabelece em sua Carta Magna promulgada em 05 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988), como um de seus princípios fundamentais a tripartição de poderes.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

(...)

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. (BRASIL, 1988)

Como se pode observar no texto constitucional, no Brasil, não obstante a tripartição dos poderes também foram inseridos, na Constituição, vários princípios fundamentais da administração pública.

Rousseau, o pensador contratualista que exerceu influência direta e imediata sobre a Revolução Francesa, através de seu livro "O Contrato Social", de 1762 (ROUSSEAU, 1999), abordava uma posição positiva sobre a predominância da bondade humana e sobre todos os movimentos tendentes à afirmação e à defesa dos direitos naturais das pessoas. São ideias de Rousseau (1999) a afirmação do povo como soberano, o reconhecimento da igualdade como um dos objetivos fundamentais da sociedade e também a consciência de que existem interesses coletivos distintos dos interesses de cada membro da coletividade. Em seus trabalhos Rousseau (1999) afirmava que a ordem social seria um direito convencional e sagrado do ser humano. Sendo, a vontade humana o verdadeiro fundamento da sociedade e que as pessoas necessitaram encontrar uma forma de associação que defendesse e protegesse a todos os associados e seus bens, de qualquer ameaça e pela qual todos continuassem livres.

(...) “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes” Este é o problema fundamental cuja solução é fornecida pelo contrato social. (ROUSSEAU, 1999, p. 20-21)

Observa-se que, naquela época Rousseau (1999) já imaginava a possibilidade de que abusos poderiam ser cometidos por indivíduos responsáveis pela administração do Estado buscando a satisfação de seus interesses privados.

Conforme as lições do professor Dalmo (DALARI, 1998, p. 11), é então que ocorre a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos a favor de toda a comunidade. Nesse instante, o ato de associação produz um corpo moral e coletivo, que é o Estado, enquanto mero executor de decisões, sendo o soberano quando exercita um poder de decisão. O soberano, portanto, continua a ser o conjunto das pessoas associadas, mesmo depois de criado o Estado, sendo a soberania inalienável e indivisível.

Contemporaneamente, dentre os vários autores brasileiros que se debruçaram sobre o tema administração pública, cita-se Hely Lopes Meirelles (2013, p. 86), que definiu da seguinte maneira, o termo administrar: “Em sentido lato, administrar é gerir interesses, segundo a lei, a moral e a finalidade dos bens entregues à guarda e conservação alheias.”. Observa ainda o autor, que, se os bens e interesses geridos são da coletividade estaremos diante de uma administração pública. (MEIRELLES; ALEIXO; BURLE FILHO, 2013, p. 86).

O professor Paulo Bonavides (2000), cita ainda que o princípio da legitimidade seria basicamente o princípio da legalidade acrescido de sua valoração e com exigências mais delicadas, dentre elas o questionamento acerca da justificação e dos valores do poder legal.

Dalmo de Abreu Dalari (1998, p. 99), nos ensina que o Estado Moderno teria nascido absolutista e geralmente os defeitos e virtudes do monarca absolutista eram confundidos com as do Estado, que era visto como inimigo da liberdade individual, e qualquer restrição ao individual em favor do coletivo era tida como ilegítima. Segundo o autor, essa teria sido a raiz individualista do Estado liberal.

Nas lições de Celso Antônio Bandeira de Mello (2013, p. 98), são apenas cinco os princípios expressos no caput do art. 37, da Constituição de 1988 (BRASIL, 2018), aos quais se sujeita a Administração Pública.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) (BRASIL, 2018)

Entretanto, segundo o autor, é fácil constatar que inúmeros outros princípios administrativos do Estado, apesar de não estarem dispostos no art. 37, caput, do texto constitucional, merecem igual destaque. Como por exemplo: o princípio da supremacia do interesse público sob o interesse privado, o princípio da finalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da motivação, da moralidade administrativa, etc.

Segundo Di Pietro (2014), o princípio da legalidade vem passando por uma contínua evolução no decorrer da história constitucional brasileira, trazendo como consequência uma maior limitação à discricionariedade administrativa de Entes estatais.

Com a Constituição de 1891, instaurou-se o Estado Liberal de Direito preocupado com as liberdades do cidadão. Em decorrência dessa preocupação, o princípio da legalidade tinha sentido restrito: a Administração pode fazer tudo o que a lei não proíbe (era o princípio da vinculação negativa, que praticamente se identifica com o princípio da autonomia da vontade).

A partir da Constituição de 1934 pôde-se falar em Estado Social de Direito, um Estado prestador de serviços, que foi ampliando a sua atuação para abranger as áreas econômica e social, com o conseqüente fortalecimento do Poder Executivo. O princípio da legalidade ampliou-se para abranger os atos normativos baixados pelo Poder Executivo, com força de lei, e estendeu-se a todo o âmbito de atuação administrativa. O princípio da legalidade passou a significar que a Administração só pode fazer o que a lei permite (princípio da vinculação positiva).

Com a Constituição de 1988, optou-se pelos princípios próprios do Estado Democrático de Direito. Duas ideias são inerentes a esse tipo de Estado: uma concepção mais ampla do princípio da legalidade e a ideia de participação do cidadão na gestão e no controle da Administração Pública. (DI PIETRO, 2015, p. 29)

Ao longo de sua história o Estado Brasileiro vem desenvolvendo e adaptando diversas formas de combate a corrupção. Dispositivos de controle, visando minimizar os danos causados pelos excessos de corrupção no país foram inseridos nos textos constitucionais elaborados desde a Carta de 1824, denominada de Constituição Política do Império do Brasil (BRASIL, 1824) até a Constituição Cidadã de 1988 (BRASIL, 1998).

Porém, apesar de todas as medidas de segurança já implantadas e diretamente voltadas a coibir o fenômeno da corrupção e diminuir seus efeitos no país, contrariamente observou-se seu crescimento quase exponencial nos últimos anos. Tornando difícil explicar porque um país com tantos dispositivos de combate a corrupção é exatamente um dos mais assolados por esse mal.

Ao longo dos próximos parágrafos desse trabalho tentar-se-á analisar, sob diversos aspectos o processo da corrupção no Brasil, sua história, suas formas, suas prováveis causas e principalmente seus efeitos nos diversos problemas sociais brasileiros.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Conforme Gil, (2008, p. 8) “Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Para outros autores, “(...) o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 83).

Por método podemos ainda entender o caminho, a forma, o modo de pensamento. É a forma de abordagem em nível de abstração dos fenômenos. É o conjunto de processos ou operações mentais empregados na pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 27)

Entre os métodos de pesquisa temos os métodos dedutivo e indutivo, esse último é o método responsável pela generalização, isto é, parte-se de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 86):

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 86)

Já a pesquisa, se define como sendo o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social, entendida em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais. Podendo assim, o conceito de pesquisa aplicar-se às investigações realizadas no âmbito das mais diversas ciências sociais, incluindo Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Economia etc. (GIL, 2008, p. 26).

O conhecimento humano não nasce no vazio, ao contrário, é adquirido ao longo do tempo através de sensações, da percepção, da imaginação, da memória, da linguagem, do raciocínio e da intuição. Deste modo, a pesquisa se traduz em algo inerente da natureza humana, que consiste em reunir informações pertinentes para a resolução de problemas previamente

estabelecidos. Pois a finalidade da pesquisa é “resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos” (BARROS; LEHFELD, 2000a, p. 14).

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 126), podemos considerar hipótese como um enunciado geral de relações entre variáveis (fatos, fenômenos):

- a) formulado como solução provisória para um determinado problema;
 - b) apresentando caráter ou explicativo ou preditivo;
 - c) compatível com o conhecimento científico (coerência externa) e revelando consistência lógica (coerência interna);
 - d) sendo passível de verificação empírica em suas consequências.
- (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 126)

Uma vez formulado o problema, com a certeza de ser cientificamente válido, propõe-se uma resposta "suposta, provável e provisória", isto é, uma hipótese. Ambos, problemas e hipóteses, são enunciados de relações entre variáveis (fatos, fenômenos); a diferença reside em que o problema constitui sentença interrogativa e a hipótese, sentença afirmativa mais detalhada. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 127).

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 155 apud Ander-Egg, 1978, p.28), a pesquisa é um "procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento". A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Portanto, a pesquisa consiste basicamente em um procedimento sistemático de reflexão controlada e crítica, permitindo ao pesquisador a descoberta de novos fenômenos ainda não constatados e o teste dos fenômenos já constatados, visando a formulação de uma nova hipótese ainda não testada, ou até mesmo o teste de hipóteses já existentes.

Conforme Gil (2008), toda pesquisa tem seu início em algum tipo problema em que a sua solução ou esclarecimento seja conveniente para a sociedade em geral. No caso específico, a pesquisa social visa fornecer respostas tanto a problemas determinados por interesse intelectual, quanto por interesse prático. Interessa, pois, na formulação do problema determinar qual a sua relevância em termos científicos e práticos.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 155 apud Manzo, 1971, p. 32; apud Trujillo, 1974, p. 230), a bibliografia pertinente "oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram

suficientemente" (MANZO, 1971, p. 32) e tem por objetivo permitir ao cientista "o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações" (TRUJILLO, 1974, p. 230). Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Lakatos e Marconi (2003, p. 126), afirmam ainda que:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma quer publicadas, quer gravadas. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

O método de pesquisa aqui utilizado consiste basicamente em um elemento necessário a fornecer o mínimo necessário de confiabilidade e veracidade a investigação empírica. Como, não há um método científico homogêneo adequado a todo tipo de problema a ser estudado, a metodologia de pesquisa utilizada na elaboração do presente artigo será o método hipotético-indutivo de observação sistemática, uma vez que será construída uma nova hipótese e indicadores a partir da observação, tanto no campo empírico, quanto no campo teórico, derivando daí novos conceitos e novas hipóteses que serão submetidas à comprovação pelo modelo estabelecido.

Por se tratar de um método hipotético-indutivo, algumas das premissas e conclusões aqui apresentadas podem surgir a partir de um processo cognitivo de tratamento de informações particulares passível de comprovação, considerando a hipótese como uma exposição das relações entre fatores, variáveis ou fenômenos. Conciliando com o conhecimento científico e revelando a solidez lógica do resultado apresentado.

Os tipos de pesquisa aqui aplicados foram preferencialmente, mas não somente, a bibliográfica e a documental. As fontes para a coleta de dados foram livros, publicações, revistas, relatórios, doutrinas, entrevistas, etc. Sendo também utilizados outros recursos de pesquisa como jornais, periódicos e principalmente pesquisas na rede mundial de computadores (World Wide Web).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Corrupção no Brasil

No Brasil, apesar dos vários dispositivos criados visando ao combate e enfretamento da corrupção é indiscutível que a mesma aumenta e se desenvolve cada vez mais, chegando em alguns casos, até a extrapolar nossas fronteiras.

Conforme o dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa A palavra corrupção provem do latim *corruptio,ónis*, significando deterioração, depravação de hábitos, costumes etc.; devassidão, ato ou efeito de subornar uma ou mais pessoas em causa própria ou alheia, geralmente com oferecimento de dinheiro; suborno, uso de meios ilegais para apropriar-se de informações privilegiadas, em benefício próprio.

É inegável que os efeitos da corrupção no Brasil são nefastos e afetam direta e indiretamente o bem-estar do cidadão ao causar a diminuição da capacidade de investimentos sociais do Estado em setores essenciais como: saúde, educação, segurança, infraestrutura, etc. Além de afetar diretamente a economia do país.

Os prejuízos monetários causados pela corrupção são de difícil mensuração, uma vez que as estimativas existentes apontam para valores apenas dos processos de corrupção descobertos, sem levar em consideração os processos de corrupção em andamento e os ainda não descobertos. Porém, segundo estimativas da Polícia Federal com base em um levantamento da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, da Polícia Federal, estimou que o prejuízo causado ao país por todos os casos de corrupção investigados pelo órgão, nos últimos quatro anos, ultrapassou a marca de R\$ 123 bilhões. Entraram na conta verbas públicas desviadas, contratos fraudulentos, impostos sonegados e crimes financeiros e cibernéticos, entre outros. Mas a realidade dos prejuízos causados diretamente e indiretamente pela corrupção podem ser bem mais elevados que qualquer estimativa já apresentada. Principalmente se levar em consideração o sobre-preço dos produtos e serviços comercializados pelo poder público de maneira aparentemente legal, a péssima administração de recursos dos poderes da União, os prejuízos econômicos causados devido a desconfiança do mercado financeiro internacional em nossos sistemas econômicos e até mesmo de catástrofes ambientais, como os das cidades de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais. Ou seja, aparentemente tudo que não funciona ou funciona precariamente no país parece ter ligações com o fenômeno da corrupção.

Conforme levantamentos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) o país perde algo em torno de 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento) do valor total de seu Produto Interno Bruto (PIB) com as práticas de corrupção. O relatório da FIESP ainda relatou que essas práticas ilícitas não somente prejudicam os investimentos no crescimento econômico nacional, como também prejudicam o aumento da renda per capita no país. Uma análise superficial desse relatório deixa claro que além do país perder absurdos com os desvios e maus usos do dinheiro público, também deixa de ganhar.

Como exemplo do mau uso de valores públicos que não estão contabilizados diretamente como ilícitos pode-se citar os valores gastos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre os anos de 2008 a 2014 com o financiamento subsidiado de grandes empresas, muitas delas envolvidas em esquemas de corrupção recentemente descobertos. A título de comparação cita-se que nos anos imediatamente seguintes ao fim da Segunda Grande Guerra Mundial, o reerguimento da Europa consumiu algo em torno de R\$ 326 bilhões (atualizados para valores atuais), valor esse bastante inferior aos R\$ 400 bilhões generosamente “distribuídos” pelo BNDES a um pequeno e seletivo número de empresas.

Outros efeitos colaterais das ilicitudes cometidas no país são a baixa qualidade dos serviços públicos prestados à população, a distorção do mercado financeiro e a estimulação da concorrência desleal, culminando com o enfraquecimento das instituições públicas e sua consequente desmoralização. Ou seja, enquanto em outros países os gestores públicos utilizam corretamente os recursos públicos disponíveis com o objetivo de alavancar a vida social e econômica do seu povo, aqui no Brasil os processos de corrupção fazem desmoronar ainda mais a baixa qualidade de vida do brasileiro.

4.2 Breve histórico da corrupção no Brasil

A corrupção é velha companheira do brasileiro e o acompanha desde os tempos do descobrimento, como demonstra a famosa carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal D. Manuel, solicitando um cargo para seu genro. E no século XVII o bem-humorado Sermão do Bom Ladrão, escrito pelo Padre Antônio Vieira.

“O ladrão que furta para comer, não vai, nem leva ao inferno; os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são outros ladrões, de maior calibre e de mais alta esfera. (...) os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. - Os outros ladrões roubam um homem: estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo do seu risco: estes sem temor, nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados: estes furtam e enforcam”. (VIEIRA, 1665)

Posteriormente, durante o regime militar, no decorrer do governo Castelo Branco, foi criada a Comissão Geral de Investigações – CGI (Decreto-Lei nº 359, de 1968), encarregada de conduzir inquéritos visando averiguar ilícitos cometidos durante o governo João Goulart. Porém, tais averiguações nunca chegaram a ser realizadas, produzidas ou divulgadas.

Após o fim do regime militar e com a devolução do poder aos civis, assume o presidente José Sarney, no lugar de Tancredo Neves, morto ao contrair uma infecção hospitalar após uma cirurgia de emergência à véspera de sua posse.

O governo Sarney, foi cercado por diversas acusações de corrupção. Em 1988, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso para investigar denúncias de corrupção no seu governo. Essa CPI apontou o ex-presidente como um dos responsáveis do esquema de liberação de dinheiro de fundos controlados pela Presidência a municípios, sem nenhum critério, ocasionando vários pedidos de impeachment, todos arquivados pela presidência da Câmara à época.

Fernando Affonso Collor de Mello, foi o primeiro presidente eleito democraticamente após o regime militar e também o primeiro presidente da América Latina a sofrer um processo de *impeachment* por corrupção.

É interessante observar que durante a campanha eleitoral, Collor era chamado de “Caçador de Marajás” (A GUERRA, 1988), devido suas promessas de campanha visando acabar com a corrupção e as mordomias políticas no país. Porém, Collor sucumbiu ao mesmo mal que prometeu combater, sendo ele mesmo vítima de uma renúncia involuntária provocada pela eminência da abertura de um provável processo de *impeachment* devido às várias denúncias de corrupção que abalaram seu governo (CANCIAN, 2013). É interessante observar que durante a eminência de abertura do processo de *impeachment* do presidente Collor começam a aparecer os primeiros indícios de ingerência na empresa Estatal Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras).

Com a queda de Collor, assume seu vice Itamar Franco, que governou de 29 de dezembro de 1992, até 1º de janeiro de 1995. Apesar de polêmico, Itamar é considerado o único presidente a governar o país após o regime militar que não sucumbiu às benesses da corrupção. Conhecido por sua intolerância com a corrupção, em 1993, demitiu seu amigo pessoal e braço-direito, Henrique Hargreaves então ministro da Casa Civil, por causa de uma suspeita de corrupção na confecção do orçamento. Após inocentado, Hargreaves foi prontamente reconduzido à pasta três meses depois.

Foi durante o governo Itamar que surgiu o plano real, que finalmente conseguiu impor um freio a galopante inflação brasileira. Com o sucesso do plano real, Itamar conseguiu facilmente eleger como sucessor o seu ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Ao deixar o cargo fez a seguinte declaração: “Combati o bom combate e guardei a minha fé. Cumprimos o nosso dever. Saio orgulhoso de ter tido uma transmissão que o país há muitos anos não assistia: fraterna, amiga e, sobretudo, democrática”.

Apesar de conseguir manter a inflação sob controle, o governo de Fernando Henrique Cardoso foi abalado por uma série de denúncias de corrupção a começar pela intervenção do governo nos bancos Nacional e Econômico e a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER, que tinha por finalidade a recuperação das instituições financeiras que estavam com graves problemas financeiros. O governo FHC também foi abalado por diversas denúncias de favorecimento a alguns grupos econômicos durante seu programa de privatizações.

Como se não bastasse, o governo FHC quase sofreu um *impeachment* devido a acusações de compra de votos parlamentares visando a aprovação da emenda de reeleição aprovada em 1997, esse caso ficou conhecido como “mensalão tucano” e quase custou a cassação do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Nesse período houve o pedido de abertura de diversos processos de impeachment, mas nenhum processo de investigação foi aberto.

Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), já assumiu o poder em 2003 sob denúncias de corrupção abafadas com o assassinato do tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André.

Em 2004, o subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil do governo Lula, Waldomiro Diniz foi denunciado por corrupção em uma reportagem da revista Época (Revista Época. Ed. 300), a reportagem da revista expunha a existência de um vídeo no qual Waldomiro

era flagrado cobrando propina, para si e para o PT, do empresário Carlos Augusto Ramos, mais conhecido como o bicheiro Carlinhos Cachoeira, em troca de benefícios em uma concorrência pública na qual o empresário estaria interessado. Esses dois fatos seriam somente o início das várias denúncias de corrupção que assolaram o governo Lula, atualmente considerado como o governo mais corrupto a governar o país.

Discorrer nesse trabalho, mesmo que resumidamente, sobre os vários crimes de corrupção cometidos durante o governo Lula, provavelmente ocuparia um grande espaço de texto. Por esse motivo, não serão apresentados aqui todos esses processos, apenas os principais e mais conhecidos processos de corrupção que assolaram o governo do presidente Lula. Como, por exemplo o do “Mensalão”, denunciado pelo então Deputado Federal Roberto Jefferson, caso esse considerado o processo mais longo do Judiciário nacional, e que levou à prisão José Dirceu, José Genoíno, João Paulo Cunha e outros.

Observa-se que, durante o governo Lula houve a tentativa de abertura de diversos processos de *impeachment* contra o Presidente, porém, nenhum deles chegou a ser iniciado. Ao invés disso Lula foi reeleito para seu segundo mandato e ainda conseguiu, com certa facilidade, eleger como sucessora, sua então Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff.

Em 2011, Dilma Vana Rousseff, assume o governo do país, apadrinhada por Lula e visando dar continuidade ao projeto de poder do Partido dos Trabalhadores. Dilma seria usada como ponte de ligação entre uma provável continuação do governo Lula.

Já durante seu primeiro mandato, assim como seu antecessor, o governo de Dilma Rousseff foi cercado por diversas denúncias de corrupção. Entre elas, o escândalo da Petrobras, reconhecidamente o maior esquema de corrupção da história do país, também considerado o maior escândalo de corrupção do mundo. O caso Petrobras explodiu durante o governo Dilma, mas sua origem, a propina institucionalizada, segundo seus delatores, vem desde 2004, no governo anterior.

Em 12 de maio de 2016, Dilma Rousseff foi afastada do cargo Presidente do Brasil por 180 dias, devido à instauração de um processo de *impeachment*, que resultou na cassação de mandato presidencial em 31 de agosto de 2016, praticamente a um ano e sete meses do final de seu pleito. Com a queda de Dilma Rousseff, assume seu Vice-presidente Michael Miguel Elias Temer Lulia, para completar o mandato.

O presidente Temer já inicia seu governo sobre fortes indícios de ligações com casos de corrupção apurados durante o escândalo da Petrobras. Em poucos dias de governo, o Jornal

Folha de São Paulo divulga um áudio de 2016 em que seu Ministro de Planejamento Romero Jucá é gravado em uma conversa telefônica com Sérgio Machado, ex-presidente de uma das subsidiárias da Petrobras, a Transpetro (VALENTE, 2016). Durante a conversa, o ainda senador Jucá sugere que uma mudança de governo poderia por fim a uma operação da Polícia Federal que investigava ambos os interlocutores.

O empresário Joesley Mendonça Batista, um dos proprietários da holding J&F, ao ser investigado por supostas propinas pagas por uma de suas empresas ao ex-presidente da Câmara Federal Eduardo Consentino da Cunha, teria entregue uma gravação feita em março de 2017 em que Temer indica o deputado Rodrigo Rocha Loures para resolver, em seu nome, assuntos da J&F. Posteriormente, o Deputado Rocha Loures teria sido filmado recebendo uma mala com quinhentos mil reais, enviados por Joesley.

Em março de 2019, o ex-presidente Michael Temer, foi preso, tornando-se o segundo ex-presidente da República do Brasil a ser preso por corrupção.

4.3 Operação Lava Jato

No Brasil não é possível falar dos governos Lula e Dilma, do PT, da Petrobras e de corrupção, sem falar da Operação Lava Jato que teve início em 17 de março de 2014. Essa operação ainda se encontra em andamento e consiste em um conjunto de investigações do Ministério Público Federal, da Polícia Federal brasileira e judicialmente comandada pelo então Juiz Federal Sérgio Fernando Moro, visando apurar diversos e conexos processos de corrupção e de lavagem de dinheiro, que movimentaram bilhões de reais em propina e extrapolaram as fronteiras brasileiras.

O nome Lava Jato se deve ao uso de um posto de combustíveis e lava rápido, onde funcionava o escritório de um doleiro, usado para movimentar valores de origem ilícita. A operação prendeu inicialmente o doleiro Alberto Youssef, que por sua vez acusou de corrupção o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, nomeado pelo Presidente Lula, diretor de abastecimento da Petrobras entre os anos de 2004 e 2012. A partir daí próxima vítima da Lava Jato foi o Sr. Nestor Cuñat Cerveró, um engenheiro químico que foi diretor internacional da Petrobras (2003 até 2008) e posteriormente diretor financeiro da BR Distribuidora (2008 a 2014), sendo exonerado desse último cargo após as investigações da Operação Lava Jato. A primeira indicação política de Cerveró a um cargo de alto escalão da Petrobras se deu em 2003,

por indicação da então Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, a pedido do Senador Renan Calheiros.

A partir das prisões de Paulo Roberto Costa e de Nestor Cerveró a Operação Lava Lato atingiu as principais empreiteiras brasileiras prendendo seus respectivos presidentes, que envolveram nomes de diversos políticos brasileiros, como os ex-governadores do Rio de Janeiro Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão; o ex-senador Delcídio do Amaral; o ex-presidente da Câmara de Deputados Eduardo Cunha; e ex-ministros da Fazenda Antonio Pallocci e Guido Mantega; o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu e em abril de 2018 o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme dados do Ministério Público Federal, a Operação Lava Jato já resultou, até o momento, num total de 267 condenações de políticos, empresários, agentes públicos, e de outras pessoas envolvidas em escândalos de corrupção no país, incluindo a prisão de dois ex-presidentes da República. Se somadas juntas, as penas de todos os condenados, ultrapassam 2.800 anos de prisão.

A análise dos números absurdos apresentados, pela Operação Lava Jato, sobre a corrupção brasileira, leva a crer que, no Brasil, já não é mais a corrupção que faz parte do sistema, é o sistema que faz parte da corrupção.

4.4 Dados da corrupção no Brasil

A Transparência Internacional (TI), é uma organização da sociedade civil global reconhecida por liderar a luta em nível mundial contra a corrupção. Conforme disposição de seu Estatuto de fundação, sua finalidade é unir os povos numa poderosa coligação em escala mundial para pôr fim ao devastador impacto da corrupção em homens, mulheres e crianças ao redor do mundo. E sua principal missão é estimular mudanças em direção a um mundo livre de corrupção.

Anualmente a Transparência Internacional divulga um relatório mundial sobre a corrupção conhecido como Índice de Percepção da Corrupção (IPC). Segundo o último relatório divulgado, o Brasil apresentou a sua pior colocação nesse ranking desde de 2012, caindo, em 2018, para a 105ª posição entre outros 180 países analisados (ÍNDICE..., c2018).

Para a Transparência Internacional esse péssimo resultado pode significar que todos os esforços realizados até o momento no país ao combate a corrupção podem estar em risco e que as medidas até o momento implantadas não são suficientes para sanar o problema da corrupção, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, o que pode indicar que a corrupção está longe de ser superada no Brasil. O fato é que os sistemas de corrupção conseguem se ajustar muito rapidamente às novas realidades que lhe são impostas e readaptar seus mecanismos para garantir sua sobrevivência.

Em mensagem divulgada no Dia Internacional contra a Corrupção (9 de dezembro), o secretário-geral da ONU António Guterres considerou a corrupção um atentado aos valores das Nações Unidas e acrescentou que a corrupção rouba das sociedades “escolas, hospitais e outros serviços vitais, afasta investimentos internacionais e tira das nações seus recursos naturais”. (O CUSTO..., c2018). De acordo com relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de US\$ 1 trilhão de dólares são pagos em subornos anualmente, enquanto outros US\$ 2,6 trilhões são roubados por causa da corrupção. A ONU chama a atenção para o fato desse valor representar mais de 5% (cinco inteiros por cento) de todo o Produto Interno Bruto (PIB) global. (O CUSTO..., c2018).

Em 2017, a ONU já havia apontado que o Brasil perde cerca de R\$ 200 bilhões com esquemas de corrupção por ano. Somente no caso da Petrobras, os desvios de recursos de forma ilegal envolvem entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões.

4.5 Possíveis causas da corrupção no Brasil

As teses sobre as causas apontadas como motivadoras da corrupção no Brasil, são as mais diversas possíveis e abarcam desde teorias sobre a genética do povo brasileiro até a questões culturais.

No início de 2017, foram realizadas duas pesquisas a pedido da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), que indicaram que para uma parcela considerável dos brasileiros o excesso de burocracia seria, com certeza um dos facilitadores da corrupção. (BIAZZI, 2017).

Para o economista Paulo Roberto Nunes Guedes (2017), a causa principal da corrupção seria a manutenção do dirigismo econômico estatal. Nesse sentido, escreveu Guedes em sua coluna, para o jornal O Globo, do dia 17 de abril de 2017:

[...] A corrupção sistêmica revela a omissão ou a cumplicidade de nossas principais lideranças partidárias com esse abastardamento da política, sob o assalto de interesses privados. Empresários, intelectuais e trabalhadores foram também corrompidos pela engrenagem dirigista. Na selva do dirigismo de quadrilhas, evoluem há décadas as criaturas do pântano — os piratas privados, os servidores públicos desonestos e os políticos corruptos. Campos decifrou o enigma que devorou a classe política brasileira. A corrupção e a estagnação econômica eram as duas faces de uma mesma moeda: o colapso do intervencionismo dirigista. (GUEDES, 2017)

Ainda sobre o dirigismo é interessante observar que, realmente, o excesso de quantidade de estatais brasileiras oferece terreno fértil para a proliferação da corrupção no Brasil, principalmente pela facilidade com que os cargos de direção dessas empresas são preenchidos por quesitos políticos ao invés de quesitos técnicos.

Outra corrente de estudiosos aponta a lentidão dos processos na justiça brasileira, aliada a um sistema recursal extremamente benevolente (que pode fazer com que os processos abertos durem décadas), como um dos principais motivadores da corrupção no país. Ultimamente o próprio poder judiciário brasileiro enfrenta graves acusações de corrupção.

Na visão de diversos juristas, a legislação brasileira voltada para impunidade de crimes praticados por políticos também seria um dos grandes motivadores da corrupção no país. Como por exemplo o “foro privilegiado” para políticos acusados de crimes de corrupção.

A impunidade também é amplamente apontada como uma das principais causas de corrupção no Brasil.

Nos comentários do Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, ao prefaciar obra organizada pela professora Maria Cristina Pinotti (2019), o Ministro expõe dois motivos que seriam as causas imediatas da corrupção brasileira.

[...] A primeira é o sistema político, que produz eleições excessivamente caras, com baixa representatividade dos eleitos em razão do sistema eleitoral proporcional em lista aberta, o que dificulta a governabilidade. Os custos altíssimos das eleições fazem com que seu financiamento esteja por trás de boa parte dos escândalos de corrupção; a baixa representatividade gera uma classe política descolada da sociedade civil; e a governabilidade é comprometida por mais de duas dezenas de partidos políticos que tornam a Presidência da República refém de práticas fisiológicas — quando não desonestas — do Congresso. Uma segunda causa é a impunidade. O sistema criminal brasileiro, até muito pouco tempo atrás, mantinha uma postura de leniência em relação à criminalidade de colarinho-branco, tanto por deficiência das leis como pela pouca disposição dos juízes em condenar por tais crimes, considerados não violentos e não

muito graves. O sistema punitivo brasileiro, historicamente, só foi capaz de punir gente pobre, por delitos violentos ou envolvendo drogas ilícitas. Esse quadro começou a mudar nos últimos tempos, ainda que lentamente. Como assinalado no artigo dos procuradores Deltan Dallagnol e Roberson Pozzbon, “casos criminais contra poderosos dificilmente têm seu mérito analisado. Em geral são anulados por tribunais ou prescrevem”. (PINOTTI, et. al., 2019)

Como dito anteriormente, as explicações para as causas da corrupção no Brasil são as mais variadas possíveis e cada uma delas com teses muito bem fundamentadas pelos seus defensores. Mas, talvez a verdadeira raiz do problema esteja bem mais amostra do que se imagina. Não significando, porém, que o fato de estar aparente, indica que seja de fácil e rápida solução.

4.6 Manifestações populares

Em junho de 2013, os políticos brasileiros foram surpreendidos por uma série de manifestações populares conhecidas como “*Os Protestos de Junho de 2013*”. Inicialmente essas manifestações aparentavam totalmente desconexas do tema corrupção. Pois, na realidade os grandes protestos de junho de 2013, se iniciaram timidamente, na cidade de São Paulo, por algumas centenas de pessoas se manifestando contra o aumento da tarifa de transporte público.

É interessante observar que as manifestações de 2013 se diferenciam totalmente de outras grandes manifestações até então, ocorridas no Brasil, como por exemplo o movimento da “*Diretas Já*” e a dos “*Caras-Pintadas*”.

O movimento “*Diretas Já*”, ocorreu no Brasil entre os anos de 1983 e 1984 e reivindicava mudanças no sistema eleitoral brasileiro, exigindo o fim das eleições indiretas no país para a Presidência da República. Ironicamente, o movimento, surgiu idealizado pelo então Senador alagoano Teotônio Brandão Vilela e logo foi apoiado por diversas outras lideranças políticas das mais variadas vertentes, como: Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, José Richa, Miguel Arrais, Moreira Franco, Orestes Quécia, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Jarbas Vasconcelos e outros. Contando ainda, com o apoio de diversas personalidades midiáticas nacionais, foram realizados vários comícios no intuito de angariar o apoio popular à causa.

Porém, estranhamente, apesar de todos os esforços, a transição de poder do regime militar para o civil se deu de forma indireta, com a eleição do candidato da “oposição” Tancredo

de Almeida Neves, que no dia 14 de março de 1985, véspera de sua posse foi internado às presas e submetido a uma intervenção cirúrgica, devido a fortes dores abdominais.

Tancredo Neves, não chegou a assumir a Presidência da República, vindo a falecer no dia 21 de abril 1985, de infecção generalizada, devido a complicações pós-operatórias. Assumindo em seu lugar o seu Vice José Sarney.

Em relação ao movimento das “*Diretas Já*”, observa-se o inegável fato desse movimento ter se iniciado de forma vertical decrescente, ou seja, iniciou-se internamente nos grandes grupos de poder, angariou o apoio da mídia e depois foi apresentado à população, como sendo a solução de todos os problemas do país. De fato, até o surgimento dos grandes protestos de 2013, essa era a semelhança dos movimentos chamados de populares.

Empiricamente, pode-se citar, as manifestações estudantis dos “*Caras-Pintadas*”, de 1992 (que tinha como objetivo principal e único, o *impeachment* do então Presidente Collor), como sendo outro movimento com características de movimento vertical decrescente.

Nesse momento, é interessante esclarecer que não se trata aqui de diminuir a importância de nenhum desses dois movimentos, apenas esclarecer as diferenças entre esses e as grandes manifestações populares de 2013.

Diferentemente dos movimentos “teleguiados” de antes, os “*Os Protestos de Junho de 2013*”, não tinham dono, não tinham líder, não tinham ideologia e nem um rosto com o qual dialogar. Já não era “apenas pelos vinte centavos”. Agora era por todos os problemas sociais brasileiros causados pela corrupção. Dessa vez, o movimento era originalmente popular.

Logicamente, não faltaram tentativas frustradas de algumas correntes ideológicas de se apropriarem do movimento, porém essas foram imediatamente rechaçadas e rejeitadas. Até a mídia, acostumada a manipulação de massas, dessa vez foi obrigada a ficar de fora (e por segurança, de longe). Dessa vez, o povo realmente se revoltou e não por que alguém lhes disse que era para se revoltar ou apoiar alguma coisa, mas sim porque, nesse determinado momento, a sociedade civil brasileira deixou de aceitar o inaceitável. Esse foi o principal fato que não foi prontamente compreendido pelos experts e analistas políticos, alguns afirmavam que as manifestações acabariam espontaneamente da mesma maneira que começaram, outros afirmavam que era apenas um grupo de descontentes da classe média se manifestando e que logo se cansariam e voltariam para casa e várias outras e absurdas teorias que nem sequer valem ser mencionadas.

Fato é que, na realidade, as manifestações de 2013, nunca foram totalmente compreendidas e para alguns estudiosos, continuam a produzir efeitos até hoje.

Durante as manifestações de junho de 2013, a aprovação popular ao governo Dilma caiu em mais de 50% (cinquenta inteiros por cento), dando início às mega-mobilizações *pró-impeachment* de 2016, que derrubaram a Presidente.

Recentemente, em maio de 2018 foi a vez de outra importante manifestação, a “*Greve dos Caminhoneiros*”, que inicialmente consistiu na reivindicação dos caminhoneiros por uma mudança na política de aumento dos combustíveis, principalmente do óleo diesel.

De acordo com o dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, greve, significa: “cessação voluntária e coletiva do trabalho, decidida por assalariados para obtenção de benefícios materiais e/ou sociais, ou para garantir as conquistas adquiridas e ameaçadas de supressão”. (HOUAISS, 2009). Portanto, na realidade a chamada “*Greve dos Caminhoneiros*” de 2018, tratava-se mais de uma manifestação popular, amplamente apoiada pela população do que de uma greve em si, pois, no caso em questão, não se tratava especificamente de assalariados, mas sim de, na sua grande maioria, motoristas autônomos. Fato é que a manifestação dos caminhoneiros de 2018 contou com apoio praticamente unânime da sociedade brasileira, obviamente excluídos o governo e a grande mídia.

Apesar do objetivo original da greve ser a alteração na política de combustíveis do governo, ao longo de seu desenvolvimento a greve passou a incorporar os anseios da sociedade, incluindo diversas outras pautas, como por exemplo o combate a corrupção. Em um determinado momento chegou-se até a exigir a renúncia do Presidente Temer ou uma intervenção militar no país. E com o desenrolar da greve, exigências que antes pareciam ser absurdas, passaram a ser cogitadas.

Durante a greve dos caminhoneiros de 2018, houve paralização e bloqueio de rodovias em 24 Estados da Federação e no Distrito Federal, o que ocasionou em um primeiro momento a falta de combustíveis, remédios e até alimentos em diversas localidades do país, obrigando várias cidades a decretarem estado de calamidade pública. Além do transporte rodoviário, o transporte público também foi afetado obrigando as empresas a reduzirem drasticamente suas produções. Estima-se que, durante os onze dias de paralização dos caminhoneiros, o prejuízo econômico causado foi de quase R\$ 16 bilhões de reais. (YVNA, 2018).

Novamente os “*experts*” erram na tentativa de entender o problema e tenta-se resolver o impasse com as antigas manobras políticas de sempre, que falham miseravelmente, colocando

o próprio destino do governo em *xeque*. Fato é que, ao contrário do que imaginavam os *experts* do governo, a população não deixou de apoiar a greve dos caminhoneiros diante da perspectiva de um desabastecimento geral no país. Ao contrário, passaram a aderir a paralização através de diversas manifestações de apoio e apreço aos caminhoneiros.

Diante de uma iminente queda, o governo Temer cede tardiamente as exigências dos caminhoneiros, deixando uma profunda sequela na economia do país, que poderia ser evitada ou ao menos minimizada, caso houvesse uma análise mais condizente com a realidade atual dos anseios da população.

Não seria absurdo afirmar que as mudanças de comportamento da sociedade brasileira podem ser devido ao uso da internet e das redes sociais. Realmente é incontestável que internet passou a ser a principal plataforma de protesto sociais durante a última década. Sites de relacionamentos e compartilhamentos, assim como aplicativos de mensagens instantâneas, expandiram sensivelmente a capacidade comunicação das pessoas, melhorando seu entendimento e interação com o mundo que as cerca.

Ultimamente, no Brasil, a internet tem se tornado o principal palco de protestos, denúncias e críticas, chegando ao ponto de preocupar até autoridades antes inatingíveis pela opinião pública, como é caso do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Dias Tofoli, que recentemente ordenou a abertura de um inquérito para investigar a existência de *fake news*, ameaças e denúncias caluniosas, difamantes e injuriantes que atingem a honra e a segurança dos membros da corte e de seus familiares. (TUROLLO JR, 2019).

Tal fato se deve a uma contínua deterioração das relações entre o STF e a sociedade brasileira, que ultimamente se encontram extremamente abaladas, motivo pelo qual o Órgão vem sofrendo diversas críticas da população, principalmente através das redes sociais, o que tem causado a indignação de alguns de seus membros. Tendo a situação piorado bastante após a decisão da Corte de que a Justiça Eleitoral passaria a investigar casos de corrupção quando envolverem simultaneamente caixa 2 de campanha e outros crimes comuns, ao invés dos juízes de 1ª instância.

Recentemente, ao participar de um debate em São Paulo, o Ministro do STF Luis Roberto Barroso, que votou contra a decisão do STF de transferir crimes de caixa dois de campanha e comuns para a Justiça Eleitoral, declarou: quanto à relação do STF com a sociedade: que em uma democracia, ninguém deve exercer poder em nome próprio. "Você pode, eventualmente, ser contramajoritário, mas se repetidamente o Supremo não consegue

corresponder aos sentimentos da sociedade, vai viver problema de deslegitimação e uma crise institucional". (BARROSO..., 2019).

4.7 Renovações políticas

Após o fim do Regime Militar, houve uma conseqüente ascensão de ideologias consideradas de cunho social-democrata no Brasil. E certamente, o grande expoente dessas ideologias é a Constituição Federal de 1988 (C.F.), apelidada carinhosamente pelos seus idealizadores de “Constituição Cidadã”, e sem dúvida, um marco nas conquistas sociais brasileiras. Porém, apesar de todo seu idealismo social, a Suprema Carta brasileira recebeu e recebe diversas críticas, pelo seu excesso de “dirigismo” estatal e principalmente por estabelecer em seu texto uma diversidade de objetivos sociais até o momento ainda não conquistados pela população e por isso nominados de “normas programáticas”.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 2019)

As principais críticas sobre a Constituição de 1988 recaem exatamente, pelos excessos de dirigismos e por garantir uma série de objetivos sociais fundamentais sem, no entanto, prever como ou quando atingir esses fins, foi considerada por diversos economistas e expoentes do pensamento liberal um monumento à insensatez econômica.

Aparentemente, a sociedade brasileira se cansou de esperar pela concretização desses objetivos fundamentais e tem externado sua insatisfação através das diversas manifestações populares ocorridas nos últimos anos.

Apesar, de todas essas indicações de insatisfação popular, agravada por um sem fim de escândalos de corrupção no país, a crescente contrariedade da população com seus governantes não foi realmente levada à sério por estes, que terminaram pagando um alto preço por esse descaso.

Se, ainda havia alguma dúvida se, de fato, a sociedade brasileira estaria mudando em sua própria essência, o resultado das últimas eleições nacionais deixou claro a resposta: sim, a sociedade brasileira está em pleno processo de mudança social, cultural e político. Tornando o velho desafio da Esfinge de Tebas "Decifra-me ou te devoro", tão atual quanto antes. E transformando em vítimas, aqueles que fracassam nesse desafio.

Antes mesmo das eleições ocorrerem, pesquisas já indicavam que a população havia se cansado da velha política de interesses e procurava novos caminhos. Em uma pesquisa publicada pela revista Exame (ABRANTES, 2018) e realizada pelo Instituto Paraná entre os dias 15 e 19 de novembro de 2017, que ouviu 2.120 pessoas de 145 municípios de diferentes Estados, 71,9% (setenta e um inteiros e nove décimos por cento) responderam positivamente a pergunta: "O Brasil terá uma renovação política em 2018?" e 54,7% (cinquenta e quatro inteiros e sete décimos por cento) dos entrevistados, afirmaram ser alta a probabilidade, ao responderem a pergunta: "Qual a probabilidade de você votar em candidato estreante na política em 2018?". Apesar de todos os indícios dessa pesquisa, a reportagem da revista Exame, retratava como pouco provável a ocorrência de uma renovação política no Brasil nas eleições de 2018.

O resultado das eleições de 2018, não poderiam ser diferentes do que foram. Houve realmente uma grande renovação política no país, com um índice de reeleição para o Congresso Federal batendo patamares antes inimagináveis. No Senado Federal, das 54 vagas em disputadas, 46 foram ocupadas por novos candidatos (KAFRUNI, 2019), ou seja, uma renovação de mais de 85% (oitenta e cinco inteiros por cento) e na Câmara de Deputados a taxa de renovação atingiu 52% (cinquenta e dois inteiros por cento) dos parlamentares eleitos (CRISTALDO, 2019).

A renovação também aconteceu nos governos estaduais. Entre os vinte e sete governadores eleitos em 2018, dez não possuíam nenhum histórico anterior na administração pública, e sete desses nem sequer tiveram qualquer tipo de contato prévio com a política.

O auge da renovação política se deu com a demonstração, nas urnas, do descontentamento do povo com o dirigismo político do governo brasileiro, provocando uma guinada total na ideologia política do país. Pela escolha popular, o Brasil, que há mais de 30 anos vinha sendo governado sob uma doutrina socialdemocrata, passava a mão de um novo governo de tendências declaradamente liberais.

Se há uma lição a ser retirada das urnas das eleições de 2018 é a de que o brasileiro já não aceita mais o inaceitável e já não perdoa mais o imperdoável. Diante do atual quadro de

renovações políticas, a população demonstrou, não somente, não ser mais a mesma, mas também que está em contínuo processo de mudança. Instituições políticas que antes tomavam suas decisões sem se preocupar com sua repercussão popular, já não o fazem de maneira tranquila. O povo parece querer deixar bem claro, que realmente quer exercer seus direitos constitucionais.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Apesar das opiniões aqui expostas divergirem sobre as diversas causas da corrupção, um fato é incontestável entre essas opiniões que a corrupção é o grande mal que aflige a sociedade brasileira e a separa de seus anseios e necessidades básicas. E realmente, há que se concordar que todas as causas aqui apresentadas, são realmente prováveis motivadoras de corrupção no Brasil. Porém, talvez a principal causa da corrupção e mais necessária de ser combatida, seja a baixíssima qualidade da educação brasileira.

Infelizmente a péssima qualidade da educação no Brasil é historicamente notória, já as suas causas não são tão facilmente detectáveis. Porém entre as principais cita-se a instabilidade política causada pela substituição da realeza pelas oligarquias rurais e as sucessivas alternâncias de poder entre civis e militares, bem como a apropriação indevida da “*res pública*” pelos grupos no poder. Assim como por uma democracia incipiente, que privilegia o “voto de cabresto” e os “currais eleitorais”.

Contemporaneamente, pode-se apontar como causas da baixa qualidade da educação brasileira, uma gestão pública extremamente ineficiente que nunca visou verdadeiramente um Projeto de Nação com um Povo verdadeiramente educado e uma cidadania consciente. Ao contrário, o projeto educacional nacional, visa tão somente apresentação de números quantitativos fantásticos, sem jamais almejar melhores padrões de qualidade e conseqüente equidade social. Infelizmente esses fatos levam o brasileiro a privilegiar necessidades básicas, como: emprego, saúde e segurança pública, em detrimento de sua educação, sem observar que, o que leva a conquista dessas necessidades é exatamente uma educação de qualidade.

A maioria da população não consegue compreender a vital importância de uma educação de qualidade em um Projeto de Nação e, portanto, não exige dos seus políticos melhores resultados qualitativos e não somente quantitativos. Conseqüentemente, as escolas

responsáveis por ministrarem a educação básica, acabam se transformando em depósitos de crianças para as classes sociais menos favorecidas.

O Ministro Luís Roberto Barroso, provavelmente esteja correto ao afirmar que uma das causas da corrupção é o sistema eleitoral e político brasileiro que produz eleições com baixa representatividade dos eleitos a custos elevados, gerando uma classe política totalmente distante dos anseios da sociedade. Porém devemos considerar que para que isso ocorra é necessário que o candidato conquiste a confiança do eleitor para que este lhe deposite seu voto. Atualmente, essa tarefa é considerada extremamente fácil, considerando exatamente a baixa ou nenhuma qualidade da educação da grande maioria da população. Esses maus candidatos ao serem eleitos causam uma baixa representatividade popular no Congresso e causam o comprometimento da governabilidade do país, tornando toda a população refém de vontades alheias às suas. Certamente, caso o nível educacional médio do brasileiro fosse melhor, a tarefa de enganar e conquistar a confiança do eleitor e conseqüentemente o seu voto, seria bem mais difícil de ser atingida.

Estranhamente, gasta-se muito com a educação no Brasil, estando o país entre os que mais gastam com educação a nível mundial. Traduzindo em números, mais de 6% (seis inteiros por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro são gastos com despesas na educação. Valor superior à média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) e a mais de 80% dos países (BRASIL, 2019). Tornando extremamente difícil explicar a dicotomia entre o alto gasto e a péssima qualidade do ensino.

Outro fator agravante da péssima qualidade da educação brasileira é o fato de que na maioria dos municípios brasileiros, os cargos de gerência do ensino são utilizados como “moeda de troca” e destinados, em sua grande maioria, a afetos políticos do governo local e, por esse motivo, são obviamente trocados por outros afetos do próximo governo. O que impede, por exemplo, qualquer tipo de tentativa de implementação de um projeto educacional exclusivamente voltado para a realidade local. Outro efeito colateral dessa prática seria o baixo comprometimento dessas pessoas com a necessária melhoria contínua e progressiva da qualidade do ensino.

Com certeza, diversas são as formas de melhorar a qualidade do ensino brasileiro e discorrer sobre elas provavelmente deixaria esse trabalho extremamente extenso e por esse motivo não serão aprofundadas aqui. Porém, citarei brevemente algumas que acredito serem de fácil

implementação e que provavelmente dariam bons resultados, sem pretender ser taxativo e muito menos categórico sobre o assunto.

É notório que uma educação de má qualidade, gerará profissionais de baixa capacidade e que estes, por sua vez, contribuirão para a formação de outros profissionais com cada vez menos capacidade. Sendo esse, um ciclo vicioso tendente a se eternizar se não interrompido em algum ponto. Uma das propostas de melhoria da qualidade de ensino, trata exatamente de interromper esse ciclo, através de processos de reciclagem que visem melhorar a qualidade de nossos profissionais da educação, que obviamente em contrapartida seriam financeiramente incentivados. E para que haja a continuidade desse processo de melhoria da qualidade do ensino como um todo, é também necessário mudar a visão do político local e principalmente conscientizá-lo que a educação não pode simplesmente ser tratada como um mero “guarda-cabides”, ou balcão de troca de favores.

Outra técnica, que provavelmente contribuirá em futuro breve na melhoria da qualidade do ensino brasileiro, será a do Ensino à Distância (EAD). Principalmente, em um país de dimensões continentais como o Brasil, onde, hoje em dia, com a facilidade dos processos de comunicação, pode-se utilizar das técnicas de EAD, não para substituir as salas de aula ou os professores presenciais, mas para complementar esse conjunto. Onde professores de reconhecida excelência, e por esse motivo, atualmente somente acessíveis em caríssimas instituições de ensino particular, poderiam ministrar aulas de qualidade (com auxílio de professores presenciais) aos milhões de alunos da rede pública nacional a um custo relativamente baixo.

Como se observa, melhorar a qualidade da educação no Brasil não é tarefa relativamente simples, porém não exige projetos ou técnicas mirabolantes, nem cifras astronômicas (como as que perdemos para a corrupção), ao contrário é necessário somente um pouco mais de vontade, coragem e comprometimento.

Logicamente, uma sociedade verdadeiramente educada e com alto nível de cidadania certamente possuirá melhores condições de combater não somente a corrupção, mas também toda e qualquer desigualdade social.

Portanto, é extremamente necessário melhorar a qualidade da educação, para que o Brasil realmente se transforme em uma Nação democrática e para que o brasileiro se torne verdadeiramente um Cidadão ciente de seus direitos e deveres para com a comunidade.

Concluo que a baixa qualidade da educação brasileira é certamente o principal motor impulsionador da corrupção no país. E, portanto, melhorar a qualidade da educação é combater a raiz de todos os males que afligem nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, T. 2018, o ano da renovação política no Brasil? Provavelmente não. Revista online Exame. Exame.com.br, São Paulo, 07 fev. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/2018-o-ano-da-renovacao-politica-no-brasil-provavelmente-nao/>>. Acesso em 05/04/2019.

A GUERRA ao turbante: "No seu papel de caçador de marajás, o alagoano Fernando Collor de Mello torna-se um dos governadores mais populares do país". Abril. Veja.com. 23 mar. 1988. Cópia arquivada em 17 mar. 2009. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20090317181339/http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_23031988.shtml>. Acesso em 16/01/2019.

BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. de. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 4.ed.: Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2000a.

BARROSO afirma que STF deve corresponder aos sentimentos da sociedade. Revista Consultor Jurídico. Conjur.com.br, São Paulo, 2 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-abr-02/barroso-stf-responder-aos-sentimentos-sociedade>>. Acesso em 02/04/2019.

BIAZZI, R. Brasileiros acham que o excesso de burocracia estimula a corrupção. Jornal Hoje. Globo.com, São Paulo, 17 out. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/10/brasileiros-acham-que-excesso-de-burocracia-estimula-corrupcao.html>>. Acesso em 01/04/2019.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10. ed. Editora Malheiros. São Paulo, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35041-25-marco-1824-532540-norma-pl.html>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 359 de 17 de setembro de 1968. Cria a Comissão Geral de Investigações e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 18 dez. 1968. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=523354&id=14313039&idBinario=15708444&mime=application/rtf>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Aspectos fiscais da Educação no Brasil. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/617267/CesefEducacao9jul18/4af4a6db-8ec6-4cb5-8401-7c6f0abf6340>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CANCIAN, R. Governo Collor de Mello (1990-1992) - Presidente renuncia. Uol Educação. Uol.com.br, São Paulo, 20 dez. 2013. Disponível em:

<<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-collor-de-mello-1990-1992-presidente-renuncia.htm>>. Acesso em 16/01/2019.

CRISTALDO, H. 2019, Congresso retoma atividades com maior renovação da história recente. Empresa Brasil de Comunicação. Portal EBC. Ebc.com.br, Brasília, 01 fev. 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/congresso-retoma-atividades-com-maior-renovacao-da-historia-recente>>. Acesso em 05/04/2019.

DALARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 2. ed. Editora Saraiva. São Paulo, 1998.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 27. ed. Editora Atlas. São Paulo, 2014.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas. São Paulo, 2008.

GUEDES, P. R. N. A falência do dirigismo. institutomillennium.org.br, 2017. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/artigos/a-falencia-do-dirigismo/>>. Acesso em 16/02/2019.

HOUAISS, A. VILLAR, M. S. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro. Objetiva, 2009.

ÍNDICE de percepção da corrupção 2018. transparenciainternacional.org.br, c2018. Disponível em: <<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tibr-downloads/CPI-2018.pdf>>. Acesso em 01/04/2019.

KAFRUNI, S. 2019, Cerimônia de posse marca maior renovação da história no Senado: 85%. Correio Braziliense. CorreioBraziliense.com.br, Brasília, 01 fev. 2019. Disponível em: <https://www.correioBraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/02/01/interna_politica,734748/cerimonia-de-posse-marca-maior-renovacao-da-historia-no-senado-85.shtml>. Acesso em 05/04/2019.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. Editora Atlas. São Paulo, 2003.

MEIRELES, Andrei; KRIEGER, Gustavo. Bicho na Campanha. Revista Época. Ed. 300. São Paulo. Fevereiro, 2004. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI42738-15223,00.html>>. Acesso em 13/01/2019.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro. 39. ed. Editora Malheiros. São Paulo, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo Brasileiro. 30. ed. Malheiros. São Paulo, 2013.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. 1689-1755. O Espírito das leis. Tradução Cristina Murachco. 2. ed. Editora Ediouro. São Paulo, 1996.

O CUSTO da corrupção: trilhões de dólares são perdidos anualmente, diz Guterres. ONU News, c2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/12/1651051>>. Acesso em 01/04/2019.

PINOTTI, Maria Cristina; [et al.]. Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas. 1a- ed. Portfolio-Penguin, São Paulo, 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico, 2. ed. Feevale. Novo Hamburgo, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. 1712-1778. O Contrato social. Tradução Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1999.

TUROLLO JR., R. Toffoli abre inquérito para apurar fake news e ameaças contra ministros do STF. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/toffoli-abre-inquerito-para-apurar-fake-news-e-ameacas-contraministros-do-stf.shtml>>. Acesso em 01/04/2019.

YVNA, S. Ministério da Fazenda diz que greve dos caminhoneiros causou prejuízo de R\$ 15,9 bilhões à economia. G1. Globo.com, São Paulo, 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/ministerio-da-fazenda-diz-que-greve-dos-caminhoneiros-causou-prejuizo-de-r-15-bilhoes-a-economia.ghtml>>. Acesso em 09/02/2019.

VALENTE, R. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23 maio 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em 01/04/2019.

VIEIRA, Padre Antônio. Sermão do Bom Ladrão. 1665. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/fs000025pdf.pdf>>. Acesso em 13/01/2019.